

A PRODUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

artigo de revisão

Marco Antônio de Almeida*

RESUMO

Abordagem de alguns problemas e desafios contemporâneos para a construção social do conhecimento a partir de paradoxos gerados em torno dos conceitos de conhecimento, informação, cultura e sociedade da informação. O artigo propõe problematizar uma concepção que já se tornou senso comum: que as tecnologias liberariam automaticamente o homem do trabalho repetitivo e permitiriam o acesso à informação e ao conhecimento. Nesse sentido, aponta para a importância das atividades de mediação cultural e da informação no campo da Ciência da Informação.

PALAVRAS-CHAVE: Informação. Conhecimento. Mediação Cultural. Tecnologia. Sociedade da Informação.

*Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP. Professor no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da ECA-USP. Professor do curso de Ciências da Informação e Documentação da FFCLRP-USP. Email: marcoaa@ffclrp.usp.br

I INTRODUÇÃO

Em seu famoso conto “Funes, o memorioso”, Jorge Luis Borges narra a história de Tadeu Isidoro Funes, homem dotado de uma capacidade de memorização praticamente absoluta: nada escapa ao seu poder de observação, e nada por ele é esquecido. O narrador da estória pondera, entretanto, que Funes não era propriamente um pensador brilhante – porque pensar envolve esquecer, abstrair diferenças, generalizar, especular sobre o que ainda não possui existência.

Este conto parece-nos exemplar para refletir acerca de alguns dos dilemas postos à construção do conhecimento diante de uma “sociedade da informação”. As novas tecnologias de informação e comunicação – TICs, colocam ao nosso alcance uma infinidade de informações e dados, algo jamais sonhado, e que excede, em muito, as capacidades cognitivas individuais. Porém, essa gigantesca memória eletrônica a nossa disposição, especialmente na *World Wide Web*, a rede mundial de computadores, não é, por si só, garantia de construção ou acesso ao “conhecimento”. A “rede” oculta, também, diferenciações sociais, hierarquias, relações e seleções arbitrárias, processos de ocultamento –

diferentemente do que propõe certa ideologia da “democratização do conhecimento”.

Para enfocar parte dessas questões, proporemos o seguinte percurso: a-) uma visão do processo de conhecimento a partir da perspectiva de Bruno Latour; b-) uma breve discussão do conceito de informação e sociedade da informação a ele associado, e alguns desdobramentos dessas concepções na análise da estrutura capitalista contemporânea; c-) a reflexão acerca de alguns problemas e desafios contemporâneos para a construção social do conhecimento a partir de alguns paradoxos decorrentes da discussão anterior; d-) uma breve digressão sobre o papel da atividade de mediação cultural e da informação nesse processo.

I. BRUNO LATOUR E A CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO

Bruno Latour (2001) filia-se a uma corrente de sociólogos, filósofos e historiadores da Ciência que contestam a separação radical entre sujeito-objeto característica do pensamento ocidental. Esses diversos autores são críticos em relação ao “acordo modernista” da Ciência, o pacto que instituiu o primado da Razão, da objetividade

e do distanciamento, objetivando a verdade e a tradução do mundo em fórmulas unívocas, universais e exatas.

Na concepção de Latour, a produção do conhecimento operaria por meio de uma cadeia de transformações, permanente e de dupla via, entre o “real” e os “sujeitos”, a qual denomina de “cadeias de translação”: “Em lugar de uma rígida oposição entre contexto e conteúdo, as cadeias de translação referem-se o trabalho graças ao qual os atores modificam, deslocam e transladam seus vários e contraditórios interesses” (LATOUR, 2001, p. 356).

O que viabiliza e permite essas cadeias de translação são as inscrições – termo geral referente a todos os tipos de transformação que materializam uma entidade num signo, num arquivo, num pedaço de papel, numa tabela, num gráfico. Geralmente, essas inscrições são bidimensionais, passíveis de superposições e combinações. São sempre móveis, ou seja, permitem novas translações e articulações, ao mesmo tempo em que mantém intactas algumas relações. O perfeito alinhamento e comunicação das inscrições produz a referência circulante (ou circular).

A referência circulante é a qualidade da cadeia de translações, é o que viabiliza sua reconstituição e circulação, geralmente associada à existência de instituições encarregadas de produzir e manter esse processo. Para Latour, a instituição cumpre um papel positivo na construção do conhecimento, já que possibilita as mediações necessárias para que os atores e fenômenos conservem sua “substância” (um conjunto de características reconhecíveis) duradoura e sustentável. A referência circulante, como resultante desse processo, guarda importantes conexões e afinidades com os conceitos similares de “mediação” e “rede” (ALMEIDA, 2006; NASCIMENTO e MARTELETO, 2004).

A idéia de informação presente nessa concepção remete à existência de “centros de cálculo” (laboratórios, museus, bibliotecas, centros de documentação, arquivos, etc.). Estabelece-se uma relação “centro de cálculo”-“periferia”, entre os quais circulam as informações. Concebida desse modo, a informação é uma inscrição, não um signo. Ocorrem duas operações simultâneas: de um lado há a redução (extração de uma “informação” de seu contexto de origem), de

outro a ampliação (inserção dessa informação num conjunto de outras informações diferentes, mas de natureza semelhante). Esse processo de natureza dúplice permite a comparação e o estudo de vários fenômenos, seres ou objetos originários de lugares e contextos distintos. Desse modo, um naturalista do século XVIII ou XIX era capaz de subtrair uma ave de seu habitat natural, perdendo toda a riqueza do meio ambiente do qual ela se originava, mas, ao mesmo tempo, ganhando a possibilidade de compará-la com outras aves no contexto artificial do “centro de cálculo”, obtendo assim novos elementos para pensar a taxinomia da espécie.

Parece-nos possível desdobrar as concepções de Latour para refletir acerca dos processos de produção do conhecimento envolvendo atores sociais no contexto da “sociedade da informação”. Para Manuel Castells (2003), essa é uma sociedade estruturada em redes sociais, boa parte das quais conectadas por meio das TICs. No caso específico da rede de computadores que compõe a internet, trata-se de máquinas capazes de se comunicar entre si e capazes também de processar informações numa escala gigantesca, tornando possível gerar novas formas de organização e controle do capital. Na compreensão da dinâmica dessas redes seria estratégico analisar as inscrições que nela circulam, as “cadeias de translação” que modificam o conhecimento que as comunidades possuem de si e do mundo, e, simultaneamente, o conhecimento que os demais atores sociais possuem dessas comunidades.

Num exemplo hipotético, consideremos a produção social de conhecimento dentro de um movimento social, por exemplo, o ecológico. Um grupo de moradores pode se articular para a defesa de um trecho da mata local. Atos públicos e eventos diversos são realizados para promover a causa, e veiculados nos mais diversos meios de comunicação. O movimento cresce e o “capital cultural” do grupo pode ampliar-se, com a adesão de novos atores com habilidades diferentes dos membros que deram origem ao movimento (advogados, biólogos, políticos, líderes religiosos, etc.) Documentos e registros diversos são produzidos – manifestos, propagandas, vídeos, panfletos, livros, programas radiofônicos. Esse material é divulgado por diversas redes de comunicação, internet inclusive, gerando *feedbacks* que podem propor novas formas de atuação

local, novas formas de organizar e disseminar a informação, que permitiriam ao grupo repensar (reforçando, relativizando, reestruturando) seus valores, saberes e práticas. Retomaremos essas questões mais adiante; antes se faz necessária uma breve digressão sobre alguns aspectos do conceito de informação.

2. INFORMAÇÃO: DUAS CONCEPÇÕES E ALGUNS PARADOXOS

Até agora falamos de informação de uma maneira não-explicitada, como se houvesse um consenso estabelecido em relação ao seu significado. Longe disso. Se até o final do século XIX o termo informação possuía o sentido relativamente estabelecido de notícia, fato ou evento comunicado por alguém ou por uma instituição, a partir do século XX, especialmente em sua segunda metade, o conceito passa a receber novas conotações das quais duas merecem maior atenção.

A primeira é a adotada pela cibernética. Norbert Wiener (1979) incorpora o conceito de Claude Shannon, definindo informação como medida de incerteza, como processo de introdução de ordem num sistema tendencialmente entrópico. Esse conceito é incorporado pela economia neoclássica, que propõe a equidade e neutralidade da informação para a “alocação ótima” de recursos. Os economistas neoclássicos concebem a informação como oposta à mercadoria: não é divisível, não é apropriável e não exprime certeza, mas incerteza. Desse modo, são céticos diante de uma mercantilização da informação.

A segunda conotação do termo informação que nos interessa de perto começou a circular nos anos 70, com a idéia de uma “evolução” da sociedade capitalista em direção a uma “sociedade da informação”. Marc Porat, em artigo de 1977, define informação como dados tratados e organizados. Por sua vez, Daniel Bell, autor de *O advento da sociedade pós-industrial*, define informação como processamento de dados em seu sentido mais amplo: estocar, recuperar e processar dados como atividade e/ou recurso essencial para todas as trocas econômicas e sociais (MATTELART, 2002). Essa associação entre informação e dados torna-se central nas análises posteriores dos rumos do capitalismo, como no caso de Castells – que, entretanto, mantém

também aspectos da concepção cibernética da informação.

Vale, mais uma vez, ressaltar a diferença entre as duas visões. Na concepção da cibernética, a informação é um processo ou relação de trabalho que permite o sistema recuperar ou manter sua capacidade, em permanente dissipação, de seguir fornecendo trabalho. Na visão que reduz a informação a dados, ela torna-se passível de ser entendida como objeto, passível de apropriação e mercantilização.

O fato é que a informação em suas múltiplas formas e concepções (científica, artística, mercadológica) tornou-se central na dinâmica social contemporânea. Pilar da revolução científico-tecnológica, o caráter produtivo da comunicação de informações como “continuação da produção na circulação” é apontado por teóricos marxistas, como Jean Lojkin, Mauricio Lazzarato e Franco Berardi. Eles são alguns dos que refletiram acerca da noção de “capitalismo cognitivo” para descrever o atual momento histórico – que, coerentemente com a visão de Marx, permanece como palco de conflitos e disputas entre grupos inseridos de forma diferenciada na sociedade capitalista.

Retomando a perspectiva marxista, Jean Lojkin (2002) aponta para o conflito entre a constituição de redes informacionais, conexões densas e interativas entre os setores da produção e, de outro lado, a centralização/concentração de informações e decisões estratégicas. Nesse sentido, repõe a perspectiva histórica de análise da sociedade de classes e um de seus conflitos centrais: a superação da divisão entre concepção e realização, entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo.

Para Franco Berardi (2005), as TICs, ao possibilitarem um trabalho digital abstrato, modificam as relações entre concepção e execução do trabalho socialmente necessário, demandando, assim, uma redefinição da noção de trabalho abstrato proposta por Marx. Embora a atividade física visível de muitos trabalhadores aparentemente seja a mesma, em sua essência trata-se de algo profundamente diferente:

O trabalho se tornou parte de um processo mental, elaboração de sinais densos de saber. Tornou-se muito mais específico, muito mais especializado: o advogado e o arquiteto, o técnico informativo e o caixa do supermercado

estão diante da tela do mesmo monitor e batem nas mesmas teclas, mas um não poderia nunca assumir o posto do outro, porque o conteúdo de sua atividade de elaboração é irredutivelmente diverso e intransferível (BERARDI, 2005, p. 39).

O processo de digitalização apresenta dois aspectos diferentes, embora integrados. De um lado, a infra-estrutura da rede telemática possibilita a coordenação dos diversos fragmentos do trabalho; de outro lado, dissemina-se o processo de trabalho em infinitas unidades produtivas autônomas, mas coordenadas e dependentes entre si. O trabalhador passa a se considerar o “empresário de si mesmo”, provocando, entre outras coisas, uma desestruturação do salário global e a identificar seu trabalho, do ponto de vista existencial, como uma missão.

Berardi nota que há uma diferença entre trabalho autônomo e trabalho criativo. O primeiro guarda uma relação direta com o mercado; na maior parte das vezes, o infotrabalhador ainda está a serviço de um patrão (como nas modalidades clássicas de trabalho assalariado), embora este se torne anônimo na medida em que suas decisões aparecem como produtos do “sistema”, resultante de automatismos tecnológicos e/ou financeiros. O caráter não-hierárquico da comunicação em rede contribui para uma representação ilusória do infotrabalho como independente. Desse modo, a idéia de trabalho autônomo, independente, é uma ficção ideológica. O controle do trabalho assume uma forma diferente do modelo taylorista: é reticulado e incorporado ao fluxo.

Difunde-se, assim, uma ideologia “felicista” (termo empregado por Berardi) que se apóia nas possibilidades abertas pelas inovações tecnológicas, especialmente as TICs – vide a revista californiana *Wired* como referência dessa tendência. Berardi reconhece a contribuição original de um dos arautos dessa tendência, Pierre Lévy, especialmente em seus primeiros livros. Ressalta a importância de se abordar as tecnologias informáticas no interior de um quadro filosófico, assim como a construção de conceitos estimulantes para se explorar a nova realidade, como o de inteligência coletiva. Entretanto, é bastante crítico em relação às suas últimas produções. Para Berardi, Lévy

está correto quando afirma que a economia e a competição econômica são os meios pelos quais a civilização e a cultura se desenvolvem hoje; por outro lado, essa apologia da economia é falsa, já que não registra a violência embutida no processo, a marginalização e a desigualdade produzidas inevitavelmente e a destruição social conseqüentemente implicada.

O foco de Lévy na convergência entre a virtualização da economia e a constituição de uma inteligência coletiva descarta a corporeidade física dos indivíduos e seus impulsos inconscientes, o que o situa numa corrente denominada por Berardi de “pensamento frio”, relacionada à intangibilidade. É nesse sentido que Berardi vai opor à noção de infotrabalhador, a noção de cognitariado: “O que significa a palavra ‘cognitariado’? É evidente que essa palavra-valise traz em si dois conceitos: o de trabalho cognitivo e o de proletariado. Cognitariado é a corporeidade social do trabalho cognitivo” (BERARDI, 2005, p. 73). Desse modo, ele dirige uma última crítica a Pierre Lévy: embora o conceito de inteligência coletiva seja útil para pensar as tendências contemporâneas, ele não reduz ou resolve a existência concreta do cognitariado, assim como não reduz ou resolve a complexidade e os sofrimentos do corpo planetário.

3. INFORMAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS

A esta altura da reflexão poderíamos nos perguntar novamente: qual a relação que se estabelece entre os movimentos sociais (pensados da maneira mais abrangente possível) e as TICs? Castells aponta alguns elementos para se pensar essa relação. Em primeiro lugar, a crise das organizações políticas tradicionais, como os partidos, possibilitou o salto dos movimentos sociais organizados para movimentos sociais em rede, articulados em coalizões constituídas a partir de valores e objetivos comuns. Desse modo, “a Internet é a estrutura organizativa e o instrumento de comunicação que permite a flexibilidade e a temporalidade da mobilização, mantendo porém, ao mesmo tempo, um caráter de coordenação e um capacidade de enfoque dessa mobilização” (CASTELLS, 2003, p. 277).

Em segundo lugar, os movimentos sociais tendem, na perspectiva de Castells, a se estruturar cada vez mais em torno de valores e de códigos culturais, e a internet permite a disseminação

das idéias e manifestos num amplo âmbito com extrema velocidade. Na medida em que o poder se estrutura cada vez mais globalmente e as ações e vivências das pessoas tendem a ser locais, a internet fornece essa conexão local-global para a interação dessas duas ordens (novas formas de controle e mobilização social). Por outro lado, do ponto de vista da utilização da internet pelos partidos políticos, ela tende muito mais a ser utilizada como via de comunicação de mão única do que propriamente como uma *ágora* eletrônica que permitisse a interatividade e a participação dos cidadãos.

Para Alberto Melucci, “nos sistemas complexos, a capacidade de intervenção sobre a ordem simbólica não só se generaliza em toda a sociedade, mas se move também em direção ao indivíduo” (MELUCCI, 2001, p.39). No passado, o pertencimento era pensado em termos de um grupo; agora o indivíduo é o ponto terminal dos processos de regulação. O mundo contemporâneo coloca à disposição dos indivíduos uma gama inédita de recursos simbólicos que estendem seu potencial de individuação (autonomia/auto-realização). Dessa forma, para garantir a própria integração, a sociedade não pode ficar restrita à regulação da apropriação e distribuição de recursos, devendo estender seu controle sobre os níveis simbólicos das ações – as esferas que constituem o sentido e a motivação do agir.

Os movimentos sociais emergentes são sintomas de movimentos antagonistas. Nas sociedades contemporâneas, a produção não se reduz exclusivamente aos recursos econômicos, mas, em função de sua alta densidade de informação, investe crescentemente também sobre processos relacionais e sistemas simbólicos. Produzir significa cada vez mais não apenas transformar recursos naturais e humanos em mercadorias, mas também controlar sistemas complexos de informações, de símbolos e de relações sociais. O mercado deixa de ser espaço exclusivo de circulação de mercadorias, tornando-se também campo de intercâmbio de símbolos:

Para poder produzir e consumir, os atores sociais devem “reconhecer-se”: na identidade que estão em condições de construir ou naquela que lhes é imposta pela multiplicidade de pertencimentos sociais e pelos sistemas de regras que os governam. Uma sociedade de aparatos impõe identidade,

definindo o sentido e as orientações da ação individual por meio dos processos capilares, diferenciados, pontuais de difusão de modelos simbólicos. Importa obter identificação, modelar identidades funcionais, adaptáveis, substituíveis. (MELUCCI, 2001, p. 80).

Desse modo, Melucci considera o conhecimento como um recurso fundamental para os “atores conflituais”: permite revelar a natureza real das relações sociais por trás das aparências que os aparatos dominantes tendem a impor à vida coletiva. Nas sociedades cada vez mais complexas, a cultura torna-se, por excelência, o terreno estratégico dos conflitos.

Nesse sentido, Castells alerta que o elemento de divisão social mais importante não é a conectividade técnica, e sim a capacidade educativa e cultural de utilizar a informação. Trata-se, portanto, de saber onde está a informação, como buscá-la, como transformá-la em conhecimento específico para aquilo que se quer fazer.

Parcela considerável das Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Organizações Sociais de Interesse Público (OSIPs) reflete sobre a importância da informação e da comunicação para a efetivação de ações coletivas. Reflexão complementar àquela acerca do processo paralelo, mas muito mais difícil, de valorização do “conhecimento local”, o espaço de produção do conhecimento por parte das comunidades, um conjunto de saberes e tradições (culturais e “técnicas”), muitas vezes contraposto ao conhecimento oficial, “científico”. Esse tipo de reflexão vai ao encontro da proposta de Boaventura de Souza Santos: uma ruptura epistemológica que atenua o desnivelamento entre os discursos, que crie ao mesmo tempo um senso comum esclarecido e uma ciência socialmente responsável, gerando assim uma configuração de conhecimentos democraticamente distribuídos (SANTOS, 1989).

Como é claro de se perceber, a tarefa está longe de ser fácil.

Um fator a ser considerado aqui é o caráter polissêmico da internet. Dominique Wolton (2003) aponta a diversidade de aplicações presentes na internet: a-) aplicações do tipo serviço (vendas, pagamentos de impostos e taxas, cadastramento de dados pessoais, etc.); b-) aplicações do tipo lazer; c-) aplicações relacionadas à informação-

notícia; d-) aplicações ligadas à informação-conhecimento. As desigualdades socioculturais se reencontram na utilização das quatro aplicações, mas é em relação ao conhecimento que as diferenças são maiores.

A informação-conhecimento já é seletiva pelo seu próprio conteúdo, e também pelos procedimentos de pesquisa dos usuários. A forma de construir e apresentar a informação, prevendo os meios para acessá-la, não é universal, está relacionada muito mais aos esquemas culturais de quem a disponibiliza do que aos esquemas de quem a busca. Essa constatação demarca a ingenuidade – ou o oportunismo – do postulado de uma “neutralidade técnica” da organização da informação. Nesse sentido, torna-se evidente a importância dos processos de mediação cultural e da informação.

4. INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO

O conceito de mediação cultural e da informação mereceria por si só uma discussão à parte; pontuaremos apenas um dos aspectos do tema, desenvolvido com maior detalhamento em outra ocasião (ALMEIDA, 2008).

Para as Ciências Sociais, a noção de mediação está intrinsecamente ligada as chamadas “teorias da ação”. A ação social é sempre situada e analisada na esfera da vida pública (mesmo quando, aparentemente, se trata de uma ação individual). Desse modo, a comunicação é um fenômeno que fundamentaria a ação, e aqui vale recordar as implicações que Jürgen Habermas retira desse fato em sua teoria da ação comunicativa. As mediações são, nessa perspectiva, as conexões que se estabelecem entre as ações sociais e as motivações (individuais/coletivas). Podem ser vistas como sinônimo de processos de interlocução e/ou interação entre os membros de uma comunidade, por meio dos quais os laços de sociabilidade são estabelecidos e alimentados, constituindo dessa maneira o “mundo da vida”. Assim, a linguagem e a ação comum são os fatores privilegiados de mediação.

Essa concepção sociológica do conceito de mediação sintoniza-se com o que Jean Davallon considera como um dos sentidos de senso comum atribuído à idéia de mediação: a ação de servir de intermediário ou de ser o que serve de intermediário. Cristaliza-se aqui a concepção de que essa ação não é o estabelecimento de uma

simples relação entre dois termos de mesmo nível, mas que em si ela é produtora de um “algo a mais”, de um estado mais satisfatório (DAVALLON, 2003). Parece ser essa a perspectiva que se generalizou, no interior da Ciência da Informação, acerca do papel de “mediador”.

Por outro lado, a idéia de mediação acaba por cobrir coisas tão diferentes entre si, que vão das velhas concepções de “atendimento ao usuário” à atividade de um agente cultural em uma dada instituição – museu, biblioteca, arquivo, centro cultural –, à construção de produtos destinados a introduzir o público num determinado universo de informações e vivências (arte, educação, ecologia, por exemplo), à elaboração de políticas de capacitação ou de acesso às tecnologias de informação e comunicação, etc. Desse modo, uma definição consensual de mediação parece impraticável: sempre contextualizada, torna-se um conceito plástico que estende suas fronteiras para dar conta de realidades muito diferentes entre si (DAVALLON, 2003).

Wolton reforça a importância das funções do mediador, ao posicionar-se contra a ideologia do “faça você mesmo” (*do it yourself*), a idéia de que a rede proporciona a liberdade por permitir o livre acesso individual ao mundo de informações disponíveis ao usuário. Em primeiro lugar, ele recorda que nem todas as informações encontram-se disponíveis de fato: muitas envolvem diferentes formas de acesso, econômicas, sociais, culturais. Em segundo lugar, ele chama a atenção para o papel estratégico, e, na sua visão, libertador dos intermediários culturais e da informação. Nesse sentido, relembra o processo de “vulgarização” do século XVIII: aqueles que sabiam mais transmitiam seus conhecimentos, direta ou indiretamente, aos que sabiam menos, possibilitando a esses o ingresso no mundo do conhecimento, pressuposto do exercício efetivo da capacidade de julgamento esclarecido – um dos pilares da noção de cidadania.

Nos breves pontos elencados acima, vislumbram-se consideráveis desafios dos pontos de vista intelectual e político compreendidos no conceito de “mediação”. Em que medida a Ciência da Informação está – ou pretenderia estar – a altura desses desafios? Setores da Ciência da Informação têm se mostrado mais sensíveis a esta perspectiva, buscando incorporar o “conhecimento local” dos usuários a partir de metodologias como os estudos

de comunidade, a análise de domínio, a análise de redes sociais (NASCIMENTO; MARTELLETO, 2004). Estas metodologias e práticas informacionais apontam para a centralidade dos processos de mediação na sociedade contemporânea, podendo trazer subsídios valiosos para se repensar a função política dos mediadores – incluídos aqui os profissionais da informação – nos processos sociais e culturais contemporâneos. Por outro lado, é forte a presença de concepções voltadas para as necessidades de dinamizar, por meio da informação, o capital e o desenvolvimento dos mercados. Novamente estamos diante da

oposição entre a informação concebida como processo ou concebida como objeto passível de insumo/troca mercantil. É possível que o impasse não seja solucionado nunca – ou, pelo menos, não tão cedo. O que se pode esperar, entretanto, é uma participação maior e mais efetiva dos estudiosos e profissionais da Ciência da Informação na elaboração e implementação de políticas socioculturais que promovam tanto a expressão multicultural como também proporcionem o avanço científico e tecnológico, atingindo um número cada vez mais crescente de cidadãos.

THE SOCIAL PRODUCTION OF KNOWLEDGE IN THE INFORMATION SOCIETY

ABSTRACT

This work is an approach to some problems and challenges to a contemporary social construction of knowledge from some paradoxes generated around the concepts of knowledge, information, culture and information society. The article proposes to think over problems about a common sense concept which is that the technologies would automatically release the man from repetitive work and would allow the access to information and knowledge. In this sense, it points out to the importance of cultural mediation and information activities in the field of Information Science.

Keywords:

Information, Knowledge, Cultural Mediation, Technology, Information Society

Artigo recebido em 09/04/2008 e aceito para publicação em 30/06/2008

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antonio de. Práticas, inscrições e redes sociais: contribuições da Teoria Social para a reflexão sobre a identidade da Ciência da Informação. In: ANAIS DO VII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7, 2006, Marília. **Anais Marília: UNESP/ANCIB**, 2006, p. 109-118.

ALMEIDA, Marco Antonio de. **MEDIAÇÕES DA CULTURA E DA INFORMAÇÃO: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas**. Revista **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação** v. 1, n. 1, set. 2008. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/6/12>> Acesso em Nov. 2008.

BERARDI, Franco. **A fábrica da infelicidade: trabalho cognitivo e crise da new economy**. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

BORGES, Jorge Luis. **Ficções**. Porto Alegre: Globo, 1978.

CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Denis de (org.) **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003. 414 p. ref. 255-288.

DAVALLON, Jean. La médiation: la communication en procès? **MEI: Médias et Information**, n. 19 (Médiations & Médiateurs). UFR Communication de L'Université Paris 8, 2003. p. 37-59.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

_____. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, M. & JACOB, C. (orgs.) **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000, pp. 21-44.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade.** Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional.** São Paulo: Cortez, 2002.

MATTELART, Armand. **História da Sociedade da Informação.** São Paulo: Loyola, 2002.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

NASCIMENTO, Denise Morado; MARTELETO, Regina Maria. A "informação construída" nos meandros da teoria social de Pierre Bourdieu.

DataGramZero - Revista de Ciência da Informação, v. 5, n. 5, dez. 2004. Disponível em <<http://www.dgzero.org/out04/Art_05.htm>> Acesso em Out. 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** Rio de Janeiro: Graal, 1989.

WERSIG, Gernot. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v.29, n.2, p. 229-239, 1993.

WIENER, Norbert. **Cibernética e Sociedade: o uso humano dos seres humanos.** São Paulo: Cultrix, 1979.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias.** Porto Alegre: Sulina, 2003.